

Conservação e turismo: uma análise da relação entre educação ambiental e o ecoturismo no caso específico da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sítio Curucutu (São Paulo-SP)¹²

Carolaine Nunes Silva (PPGCS-UNIFESP)³

Resumo: Esta pesquisa de mestrado está em andamento e trata-se de uma etnografia. Este resumo apresenta um aspecto importante do campo realizado até este momento: o ecoturismo praticado na Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Sítio Curucutu, situada no extremo sul da cidade de São Paulo. A pesquisa de mestrado, de maneira mais ampla, busca compreender concepções de conservação ambiental ambientadas nesta Unidade de Conservação.

O ecoturismo - utilizo este termo por se tratar de práticas de turismo focadas no meio ambiente e pela escolha dessa nomenclatura pelos interlocutores da pesquisa -, foi a via por mim encontrada para a inserção em campo. As minhas indagações intelectuais e científicas permeiam a compreensão das motivações e escolhas práticas de sujeitos que possuem alguma interação no extremo sul de São Paulo para conservar remanescentes de Mata Atlântica no território; para tanto foquei minha pesquisa na Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos, Unidade de Conservação de âmbito municipal.

Em se tratando de uma pesquisa de mestrado e visando a sua viabilidade, foi necessário atomizar o foco do trabalho de campo na RPPN Sítio Curucutu. A minha chegada neste território foi por meio do ecoturismo realizado na região em uma parceria entre o setor privado e a prefeitura da cidade que promove passeios a diversos lugares como: sítios, parques naturais, propriedades rurais, aldeias indígenas, entre outros.

Assim, parte do meu trabalho de campo é acompanhar grupos de turistas em visitas à RPPN e observar como as gestoras e pessoas que trabalham na RPPN mobilizam ideias e práticas de conservação e repassam para os visitantes. Já pude ouvir de uma das gestoras que o turismo contribui para a conscientização da proteção ambiental e da fauna e flora; como se conhecer de mais perto e com os sentidos - olhar,

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (2026).

² Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa de mestrado em andamento no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) orientada pelo Profº Drº Uirá Garcia com apoio da CAPES.

³ Antropóloga e mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UNIFESP.

tocar, sentir o cheiro - mobilizasse as pessoas para preservar o que ainda resta da Mata Atlântica e os seres que nela habitam.

Por fim, o ecoturismo é percebido, a priori, por meus interlocutores como um vetor para a conservação ambiental, apresentar às pessoas parte do que é feito para preservar a Mata Atlântica é percebido como um ponto fundamental de educação ambiental e de contribuição para a conservação da floresta.

Palavras-chave: Educação ambiental; Áreas protegidas; Turismo ecológico

Este texto apresenta alguns dados da pesquisa de mestrado em curso. Para tanto, alguns conceitos ainda estão em processo de análise mais aprofundada. Assim, aqui o que é exposto configura-se como um futuro capítulo da dissertação que está em elaboração. Por conseguinte, a participação no GT se configura como etapa importante para o amadurecimento dessas reflexões.

1. Inserção em campo e o percurso metodológico

A reflexão antropológica exige constante observação do pesquisador perante seu campo e também sobre a sua própria atuação e, por vezes, suas interferências em campo. O meu interesse de pesquisa em questões ambientais surge desde a graduação, impulsionado por preocupações com os avanços das mudanças climáticas e com o colapso ambiental cada vez mais iminente. Assim, proponho-me a pensar alternativas possíveis para esses problemas pelas Ciências Sociais, especialmente da Antropologia. Esse caminho escolhido para dedicar-me a esses problemas levou-me até meu campo de pesquisa, que é, sobretudo, a região em que nasci e cresci. A chegada física ao campo deu-se por meio do turismo ecológico.

A princípio, a pesquisa teria como campo a Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos, situada na zona sul do município de São Paulo. Entretanto, devido à necessidade de recorte para viabilizar a pesquisa, o campo tem sido realizado na RPPN Sítio Curucutu, que faz parte da APA. Nas próximas páginas, conto como cheguei à RPPN.

Com isso em mente, parti em busca da viabilização do campo. Um dos primeiros passos, além de buscar informações sobre a APA Capivari-Monos na internet e conhecer pela primeira vez o Polo de Ecoturismo, caracterizado como um território subdividido

em três distritos (Parelheiros, Marsilac e Ilha do Bororé), criado pela Lei 15.953 de 2014 e com o objetivo de preservar o patrimônio natural e cultural da região por intermédio do turismo como vetor de desenvolvimento econômico e social⁴. Entrei no espaço chamado “Centro de Informação ao Turista (CIT) Polo de Ecoturismo de São Paulo⁵”, localizado no extremo sul da cidade e gerido pela Secretaria Municipal de Turismo de São Paulo. Lá são disponibilizadas informações sobre os diversos roteiros turísticos existentes no município, além de atividades de lazer e culturais da cidade e informações sobre outros serviços. Lá tive acesso a mais detalhes sobre o Polo de Ecoturismo, os destinos do território e como realizar o turismo ecológico por meio do programa “Vai de Roteiro”, também da Secretaria Municipal de Turismo da cidade.

O referido programa oferece transporte gratuito até os destinos, bem como guias credenciados e especializados nas atrações. No caso do turismo ecológico, no Polo de Ecoturismo, as saídas são realizadas aos sábados e domingos, contando cada dia com dois destinos. São dois pontos de saída: o Centro Cultural de São Paulo, na estação de metrô da linha azul (centro); e o CIT do Polo de Ecoturismo, próximo à estação de trem Varginha da linha 9-Esmeralda, no extremo sul da cidade.

Com as devidas informações, após a visita ao CIT, acessei o site que disponibiliza os ingressos para os destinos e o primeiro roteiro por mim realizado foi justamente o da Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Curucutu. Notei um detalhe importante: apenas uma pessoa embarcou no extremo sul; todas as demais embarcaram na região central. Nesse primeiro dia embarquei no ponto da Vergueiro (centro) e durante todo o trajeto até o destino, o guia de turismo foi contando histórias sobre a cidade e sobre a região da Cratera da Colônia, localizada em Parelheiros e evidenciava como a paisagem observada pela janela ia se transformando conforme íamos nos aproximando de Parelheiros.

Nesse primeiro dia, visitei a RPPN Sítio Curucutu como turista. Até então não sabia que havia grandes remanescentes de Mata Atlântica a alguns poucos quilômetros de onde nasci e cresci. Esse distanciamento - ou pouco acesso - aos lugares de turismo e lazer pela natureza é bastante comum, o que notei ao conversar com pessoas próximas, que não conhecem grande parte desses destinos, e algumas não sabem que estão

⁴Polo de Ecoturismo de São Paulo. Disponível em: <https://polodeecoturismosp.com/?page_id=35> Acesso em: 27 jun. 2026.

⁵Site com endereço e contato de todos os CIT do município. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/turismo/w/participacao_social/quadro-servicos-cits> Acesso em: 27 jun. 2026

próximos a uma área de proteção ambiental; percebi isso também quando, em outras ocasiões em que fui para a RPPN ou para outros destinos do Polo de Ecoturismo e embarcava no CIT Parelheiros, ia por carro de aplicativo e os motoristas perguntavam que lugar era aquele; e outro indicativo é que, todas as vezes em que embarquei em Parelheiros, era eu e mais uma ou duas pessoas que também embarcavam lá. Na própria percepção dos guias de turismo que conduziam constantemente os roteiros, poucos turistas eram da região de Parelheiros ou do Grajaú. Esses dados podem ser pensados a partir de algumas perspectivas: uma delas é a que adoto na pesquisa, que pensa esse distanciamento ou pouco acesso como uma forma de elaborar conhecimento antropológico, uma vez que, na antropologia, apreendemos o conhecimento com o estranhamento do familiar (Peirano, 2014). A outra perspectiva, também relevante, é pensar quem são as pessoas que acessam as práticas de turismo ecológico. Dessa reflexão surge a pergunta: as pessoas da região de Parelheiros e Grajaú compõem o público que faz turismo ecológico? Essas e outras reflexões serão aprofundadas no desenvolvimento da dissertação.

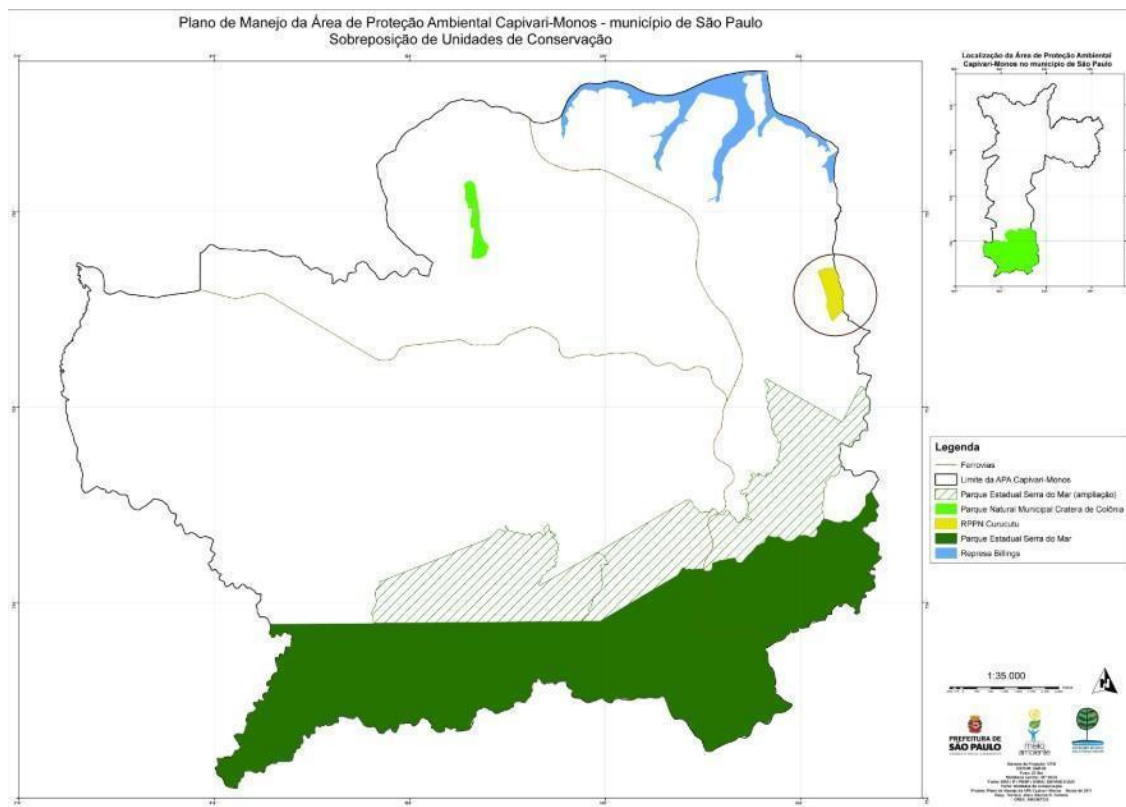
2. A Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Curucutu e a APA Capivari-Monos

Feitas essas considerações iniciais, passo agora a abordar a RPPN e a APA. O mapa a seguir foi extraído do plano de manejo da APA Capivari-Monos, elaborado em 2011⁶. Nessa representação gráfica, é possível observar a dimensão territorial da APA e das demais unidades de conservação que estão em seu interior, inclusive a Reserva Particular do Patrimônio Natural Sítio Curucutu, cuja localização está indicada no mapa pelo círculo. Além das unidades de conservação destacadas, foram criados parques municipais (Parque Natural Municipal Itaim, Parque Natural Municipal Jaceguava, Parque Natural Municipal Varginha e Parque Natural Municipal Bororé) como forma de

⁶ O plano de manejo foi construído de forma participativa e coletiva sob coordenação da Divisão Técnica de Unidades de Conservação e Proteção da Biodiversidade e Herbário da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), deriva das oficinas realizadas pelo Conselho Gestor da APA entre os anos de 2009 e 2010. A partir do diagnóstico socioambiental sistematizado pela Divisão foi estabelecido desafios e soluções para orientar a gestão da APA. Plano de manejo disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/publicacoes_svma/26341> Acesso em: 27 jun. 2026.

compensação ambiental devido à construção do Rodoanel. O mapa dimensiona a relação direta entre a APA e a RPPN Sítio Curucutu.

Figura 1: Mapa da APA Capivari-Monos



Fonte: Plano de manejo da APA Capivari-Monos

O campo de realização da pesquisa é uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), uma espécie distinta de unidade de conservação com caráter privado, gerida exclusivamente por proprietárias que herdaram uma área que, na década de 1990, foi estabelecida como uma reserva ambiental. Observa-se que, apesar de ser uma área privada, sua manutenção tem traços colaborativos e costuma ter relações de parcerias com diversos outros sujeitos e entidades, como a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, pela participação no programa de ecoturismo da prefeitura de São Paulo, a relação com vizinhos, com agentes de saúde, entre outros. O campo trata-se de uma área de proteção gerida de maneira privada, mas reconhecida pelo poder público como propriedade com dever de proteção ambiental.

Por ser uma Unidade de Conservação de âmbito privado, suas gestoras, Ana Roso e Vera Roso, são interlocutoras desta pesquisa, ambas filhas do advogado Jayme Roso, que, na década de 1970, comprou uma área de mata desmatada na região de

Parelheiros com o intuito de construir um condomínio residencial. Esse objetivo foi abandonado por Jayme Roso e, em seu lugar, nasceu uma longa jornada de reflorestamento. Atualmente, Ana e Vera mantêm o Sítio Curucutu como uma reserva de Mata Atlântica conservada, inclusive é um lugar de soltura de animais resgatados, além de compor um corredor ecológico para animais silvestres, tal como a anta. A história da RPPN Sítio Curucutu entrelaça-se com a própria história de Ana e Vera Roso. A conservação da Mata Atlântica é uma prática recorrente na vida de ambas e, desse modo, o Sítio Curucutu é um local produtor da multiplicidade de relações entre as pessoas, a floresta, e outros-que-humanos.

Além disso, foi observada no trabalho de campo até agora uma relação colaborativa entre a gestão da RPPN e as diversas entidades existentes na APA. A RPPN compõe o Conselho Gestor da APA, possuindo, inclusive, papel relevante em sua criação e consolidação. Foi estabelecido um diálogo com a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, e a RPPN tem participação nos projetos de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)⁷. Há ainda relações com instituição de âmbito privado vinculada à prefeitura, como o programa “Vai de Roteiro”, para a realização de turismo ecológico. Portanto, a gestão da RPPN mantém parcerias com diversos agentes de esferas variadas de poder, desde o poder público até a sociedade civil, e dentre essas várias esferas está a APA Capivari-Monos.

3. A discussão da Antropologia da Conservação sobre o turismo ecológico

Feita a descrição do campo, abordo agora a discussão sobre o turismo ecológico. Em visitas à RPPN Sítio Curucutu durante o trabalho de campo, observou-se certa centralidade da prática do turismo ecológico nas ações visando à conservação do próprio território, inclusive por parte da gestão da RPPN. Diante disso, o ecoturismo é

⁷ É o Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais (PSA) da Cidade de São Paulo coordenado pela Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA). O programa seleciona e paga proprietários de imóveis rurais que estão situados em Áreas de Proteção e Recuperação de Mananciais, de forma a remunerar a garantia da conservação. São alguns os fatores para a contemplação como participante: a manutenção, recuperação e enriquecimento da vegetação nativa; recuperação de nascentes, matas ciliares e demais áreas de preservação permanente; recomposição e enriquecimento de áreas de reserva legal; realização da agricultura ecológica; e critérios definidos pelos órgãos municipais responsáveis pela conservação e recuperação da biodiversidade. A seleção para o contrato passa por análise técnica, na qual várias informações são contabilizadas. Informações consultadas e disponíveis em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/noticias/363510> Acesso em: 27 abr. 2026.

relevante para a pesquisa, sendo, portanto, necessária uma breve discussão sobre essa prática.

Em uma discussão mais abrangente sobre ecoturismo, West e Carrier (2004) chamam a atenção para o crescente interesse da antropologia pelo tema do turismo e pelo meio ambiente. A definição mais geral de ecoturismo gira em torno da realização de viagens e passeios com caráter de lazer que objetivam conhecer e desfrutar do ambiente natural de forma a gerar o mínimo possível de danos ao meio ambiente. Nesse formato de turismo, há também o aspecto da interação entre pessoas de culturas diferentes (West e Carrier, 2004), situações em que podem ocorrer conflitos devido às diferenças socioculturais, e esse aspecto não pode ser negligenciado ao se estudar o ecoturismo em áreas protegidas.

Além disso, West et al. (2006a) destacam que a expansão do ecoturismo é uma das consequências sociais da criação e implementação de áreas protegidas. Há uma relação direta entre territórios protegidos que objetivam a conservação ambiental e as práticas desse modelo de turismo. A prática do turismo ecológico na região do extremo sul de São Paulo - onde está localizada a APA e a RPPN -, pode ser vinculada à mercantilização da natureza. Segundo West et al. (2006a), onde existem áreas protegidas, certamente haverá uma instituição que as utilize para fins de ecoturismo, o que leva à geração de renda e à mercantilização da paisagem e das próprias pessoas. Nota-se isso no próprio mecanismo de turismo ecológico na região: a consolidação da APA Capivari-Monos como uma unidade de conservação é, em parte, o que atrai turistas. Os autores argumentam, ainda, que as áreas protegidas produzem também novas formas de conceber o mundo, construindo paisagens socioecológicas muito específicas e modificando os usos ao redor dessas paisagens.

O ecoturismo traz consigo problemas que, por vezes, não lhe são atribuídos diretamente, mas, ao compreendê-lo mais detidamente, é possível perceber, como argumentam West et al. (2006a), que esse modo de turismo ecológico cria imagens simplificadas das pessoas que vivem ou que, de algum modo, se relacionam com as áreas protegidas. É a partir dessas imagens simplificadoras que os projetos para os territórios são estabelecidos pelo poder público. Cria-se também pressão sobre os recursos da região em decorrência das práticas turísticas. Há o aumento da expectativa sobre possíveis ganhos econômicos, como a geração de renda para as populações locais, bem como o aumento da tensão nos direitos de uso da terra. Ocorrem ainda transformações nas interações sociais, que passam a ser fundamentadas no consumo dos

visitantes, conferindo valor econômico às áreas protegidas com base em categorias puramente econômicas, como o lucro e a transformação das pessoas, dos animais e das plantas em mercadorias (p. 262-263).

4. A Conservação Convivial como alternativa

Nesse contexto, os conceitos de “Área Promovida” (Barreto Filho, 2023) e de “Conservação Convivial” (Büscher; Fletcher, 2019) articulam-se no debate sobre conservação, de forma a complexificar o tema. Comumente, as práticas e elaborações sobre conservação priorizam proteger a natureza contra as pessoas; entretanto, a partir do conceito de “Conservação Convivial”, há uma inversão: o principal objetivo das APs é promover a natureza para e por humanos, num contexto em que as pessoas seriam consideradas habitantes, visitantes ou viajantes bem-vindos, e não invasores em uma paisagem não humana (Barreto Filho, 2023; Büscher; Fletcher, 2019). Barreto Filho (2023) evidencia que essa forma de conservação só seria possível em um contexto de convivialidade, com a construção de relacionamentos duradouros, envolventes e abertos com ecologias e outros-que-humanos, de modo a construir um “viver com” a natureza não humana (Barreto Filho, op. cit, p. 21).

A conservação convivial é uma abordagem que se contrapõe a duas outras abordagens adotadas em discussões mais atuais: o neoprotecionismo e a nova conservação. Essas três abordagens sobre a conservação surgem em um contexto em que as mudanças climáticas e o colapso ambiental estão na ordem do dia e estão no centro de discussões para propostas de seu enfrentamento e de sua negação, e há uma vasta literatura influenciada pela discussão dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODSs) (Sandroni e Ferraz, 2023). A ideia de sustentabilidade e a necessidade de construir mudanças e alternativas para frear os avanços da perda de biodiversidade no planeta são o pano de fundo para a proposição da conservação convivial. Nesse período de discussão sobre as transformações e consequências do colapso ambiental, surgem muitas propostas de como alcançar a sustentabilidade, e a própria noção de sustentabilidade é questionada.

Nesse sentido, Sandroni e Ferraz (2023) nos ajudam a compreender que essas abordagens mais atuais surgem em relação às ideias e ações estabelecidas em um dado momento histórico. Para entender as novas formas de pensar a conservação da biodiversidade, é válido voltar-se ao que se contrapõe às ideias de conservação neoprotecionista, de nova conservação e convivial - são elas: a conservação fortaleza, a

conservação participativa (ou de base comunitária) e a conservação neoliberal -, que são, no limite, ideais discursivos que se sobrepõem e, na prática, são atravessados por controvérsias. As autoras destacam que as disputas versam sobre incluir ou excluir populações de territórios a serem conservados, como elas resumem: “pessoas versus parques” (p. 1506). Essa controvérsia também é amplamente discutida por West et al., (2006a), West e Brockington (2006b), Barreto Filho, Eloy, Silveira e Cardoso (2020), configurando-se como um grande tema na antropologia ao abordar a conservação em áreas protegidas.

O primeiro símbolo de conservação é o Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA. Ele se consolida como um modelo seguido no mundo inteiro, correspondendo ao que as autoras entendem por “conservação-fortaleza”: baseado na proteção integral de paisagens naturais intocadas, que podem ser acessadas por meio de visitação (Sandroni e Ferraz, 2023). Esse modelo é caracterizado pelo cercamento de uma área com medidas de fiscalização e pouca circulação humana, permitida somente mediante visitação turística e recreativa ou para fins científicos. No Brasil, priorizou-se estabelecer as áreas a serem protegidas pertencentes a biomas com alto grau de devastação, como a Mata Atlântica; nesse sentido, essa forma de gestão do território se configurou como uma das estratégias de controle territorial no período do varguismo, e as autoras destacam que o Estado, tanto no Brasil como no mundo, é o maior detentor das políticas de conservação territorial.

Diante disso, o modelo de conservação baseado em parques e reservas passa a ser alvo de críticas devido às injustiças socioambientais provocadas por ele ao expulsar populações locais de seus territórios sob a alcunha de promover a proteção da biodiversidade, protegendo a área inclusive das próprias pessoas que se relacionavam com o território e tinham suas vidas totalmente atreladas a ele. Essas críticas ganharam força na década de 1970. Nesse período, foi formulada e publicada uma resolução da Assembleia Geral da International Union for Conservation of Nature (IUCN) afirmando que os Estados Nacionais não podem expulsar povos indígenas de seus territórios tradicionais com o suposto objetivo de conservar a biodiversidade (Sandroni e Ferraz, 2023). Essa governança, pautada na participação local e comunitária, resulta também dos movimentos mundiais de descolonização, de um ambientalismo que pensa a conexão iminente entre problemas ambientais e sociais e do crescimento dos movimentos indígenas. Esses fatores, em conjunto, constroem uma nova forma de pensar e praticar a conservação, na qual as pessoas que vivem no interior ou no entorno

das áreas a serem protegidas devem estar incluídas nas discussões e decisões sobre a conservação ambiental. No contexto histórico brasileiro, estávamos passando por anos de ditadura, com a política de desenvolvimento econômico influenciando as políticas de conservação ambiental; assim, questionar e modificar a forma restritiva das áreas protegidas ainda não encontrava terreno para emergir. Entretanto, as populações indígenas e tradicionais estavam tensionando esse modelo e buscando abrir caminho para que essas discussões encontrassem abertura nas políticas ambientais. Nas décadas seguintes - 1980 e 1990 -, a participação das populações locais e indígenas cresce, com grande destaque para a importância da Rio-92, que se torna um marco nesse sentido (Sandroni e Ferraz, 2023).

O aumento da participação das populações indígenas e tradicionais no debate sobre conservação ocorre concomitantemente ao processo de redemocratização do Brasil. A Constituição de 1988 fundamenta os direitos indígenas sobre seus territórios. Esse movimento da conservação - que inclui as pessoas que vivem nos territórios e no entorno, tornando-as agentes ativos nos ideais de conservação e nas próprias práticas, e que considera os problemas sociais em conjunto com os problemas ambientais - é nomeado como “socioambientalismo”, movimento do qual Santilli (2005) é uma grande intelectual desse movimento teórico-político (Sandroni e Ferraz, 2023).

Com as tentativas de uma conservação mais participativa, surgem também, nas décadas de 1990 e 2000, projetos e ações financiados por instituições e acordos de compensação ambiental. Tem-se uma relação intrínseca entre a preservação de espécies e a atração de financiamento. Esse processo é entendido pela literatura anglófona como conservação neoliberal, na qual a interação entre conservação e mercado aumenta e assume dinâmicas próprias: conservar passa a ter também algum ativo lucrativo e, assim, a conservação compõe o capitalismo contemporâneo (Sandroni e Ferraz, 2023). As autoras chamam a atenção para a ideia de “vender a natureza para salvá-la” ao citar McAfee (1999) e apresentam exemplos de mecanismos baseados no mercado que serviriam à conservação: pagamentos por serviços ambientais (PSAs), venda de créditos de carbono, projetos de ecoturismo corporativo, relações comerciais entre grandes corporações e ONGs internacionais conservacionistas, entre outros mecanismos (p. 1511). Seriam propostas que beneficiariam muitas pessoas ao mesmo tempo - investidores, populações locais, a biodiversidade, consumidores, ONGs etc. (Grandia, 2007 *apud* Sandroni e Ferraz, 2023). Essa forma de governança ambiental tem muita relação com o neoliberalismo no âmbito econômico e político, que exalta o

empreendedorismo em detrimento do Estado, que passa a ser considerado corrupto e ineficiente (Dardot & Laval *apud* Sandroni e Ferraz, 2023). Mas, conforme destacam as autoras, os mecanismos de mercado são aplicados em áreas protegidas geridas pelo Estado; logo o poder público ainda mantém a centralidade da gestão, mas incorpora outras possibilidades baseadas em capital financeiro. Assim, o acesso e controle territorial estão imbricados nessas relações comerciais, e essa problemática se sobressai especialmente em países do Sul Global.

Em contexto nacional, esses mecanismos de mercado surgem como supostas soluções possíveis e como gestão compartilhada nas Unidades de Conservação de uso sustentável, somando-se às ações de conservação participativa. As autoras destacam que esses mecanismos contribuíram para a criação de várias Reservas Particulares do Patrimônio Natural, que podem ser implementadas por seus proprietários, por instituições que podem gerar grandes impactos ambientais ou por financiamento de ONGs internacionais.

Essa pesquisa de mestrado tem campo realizado em uma RPPN criada por um proprietário particular e que, até os dias atuais, é gerida por recursos financeiros próprios. Apesar de a reserva participar de alguns programas, como o PSA, não são esses financiamentos que permitem a manutenção da RPPN. Inclusive, a manutenção financeira da reserva é um ponto destacado pela gestão como desafiador. Sandroni e Ferraz (2023) argumentam que, apesar de pesquisas no Brasil aparecerem essas questões envolvendo uma conservação neoliberal altamente vinculada aos fluxos do mercado e financeiro, isso ainda não configura um campo teórico; as discussões ainda versam sobre as ideias da conservação-fortaleza e da conservação participativa.

O surgimento da nova conservação e do neoprotecionismo tem como pano de fundo a contraposição às formas anteriormente destacadas, e essas discussões evidenciam as diversas estratégias elaboradas e praticadas para lidar com a ameaça da perda da biodiversidade, que se torna cada vez mais evidente. É interessante observar quais são as estratégias adotadas, as argumentações elaboradas, os conceitos mobilizados e as áreas de conhecimento mobilizadas em cada uma das vertentes da conservação. No dia a dia das áreas de proteção ambiental, características dessas vertentes estão emaranhadas, como por exemplo na RPPN Sítio Curucutu. Tentei apresentar, nos parágrafos anteriores, as características das noções de conservação para, então, compreender a conservação convivial, que se propõe a contrapor-se a muitas características de outras vertentes, mas também a adotar aspectos julgados importantes.

Büscher e Fletcher (2019) emprestam algumas ideias das propostas da nova conservação e do neoprotecionismo para elaborar a abordagem da conservação convivial. Da nova conservação, inspiram-se nas críticas à dicotomia entre natureza e pessoas e na tentativa dessa abordagem de superar essa dicotomia. Do neoprotecionismo, assumem partes das posições mais críticas sobre o modelo econômico capitalista. Assim, chegam à criação do conceito de conservação convivial, com grande potencial empírico.

Um ponto importante da conservação convivial é construir, discursivamente e empiricamente, espaços para proteção ambiental na perspectiva de área promovida, em detrimento da noção amplamente difundida de área protegida que delimita as fronteiras do que deve ser protegido e da presença humana nesses espaços.

Büscher e Fletcher (2019) ajudam a compreender que todos os seres, à sua maneira, são únicos. Desse modo, a aplicação discursiva convivial visa celebrar as diversas naturezas e suas excepcionalidades, sem perder de vista que as subjetividades dos seres estão ligadas aos contextos sociais, econômicos, culturais, ambientais e históricos. Essa abordagem de conservação pode assumir um papel importante perante as crises socioecológicas, porque coloca pessoas, animais, plantas, árvores, rios e outras manifestações da biodiversidade como elementos a serem promovidas por suas excepcionalidades. Determinada espécie animal terá sua vida e suas condições de sobrevivência garantidas, porque o mundo é compartilhado e cuidado de maneiras distintas, sem hierarquizar os que “merecem” viver. Essa dimensão ajuda a expandir a compreensão de que a sensibilização que leva a uma relação subjetiva com o meio ambiente - por meio, por exemplo, da educação ambiental - pode ser lida como uma estratégia de enfrentamento ao colapso socioecológico contemporâneo. Feita essa discussão teórica sobre conservação convivial, passo agora à análise de como o turismo ecológico se manifesta empiricamente na RPPN Sítio Curucutu.

5. Como o turismo ecológico aparece na RPPN Sítio Curucutu (estratégia de conservação do território e de educação ambiental)

A APA Capivari-Monos possui um Conselho Gestor consolidado, com reuniões mensais abertas ao público interessado. Participei de uma das reuniões em 2026, e algo chamou-me a atenção: o foco no turismo na região, com planejamento e ações para implementação e consolidação dessas práticas, levando à proposta de criação de “bairros cenográficos”, em que os lugares de passagem dos visitantes seriam

arborizados. Nota-se um enfoque claro da atual gestão da APA voltado para o turismo. Ao acessar atas de reuniões anteriores, localizei termos como “astro-turismo” e “turista como cliente”, corroborando essa percepção obtida na reunião.

Em determinado momento da reunião, um dos integrantes do conselho gestor apresentou a proposta de estudos e de criação do Geoparque da Cratera da Colônia, bem como sua inclusão no mapa de geoparques da UNESCO. Esse trecho da reunião é particularmente interessante porque nele se inicia uma das argumentações que justificam a criação do parque e o investimento no turismo na região, citando uma conversa com visitantes alemães que disseram desejar voltar à região de Parelheiros e tomar uma cerveja em empreendimentos, além de mencionarem que há um grande potencial econômico na região ainda não explorado. Esse desejo dos turistas alemães concederia mais peso para a implementação do geoparque.

Voltando mais especificamente à RPPN Sítio Curucutu, a prática do turismo ecológico ocorre com certa frequência. São sempre grupos menores, e a maioria chega até lá pelo programa “Vai de Roteiro” da prefeitura. Há a opção de hospedagem no Sítio, que é tratada diretamente com a gestão em decorrência das regras específicas. A hospedagem já chegou a ser publicada em sites e aplicativos de hospedagem, mas logo se percebeu que esse não seria o caminho para que as práticas de conservação adotadas pela reserva fossem seguidas; algumas vezes foi necessário dizer que não se poderia acender fogueira. Portanto, o turismo ecológico na RPPN é restrito e possui regras.

Sobre a sua estrutura física, o Sítio Curucutu tem uma área de cerca de 85 hectares, dos quais cerca de 10 hectares correspondem à RPPN. Lá, a mata é mais fechada, e os visitantes normalmente não vão até ela. Os aceiros são largos e foram pensados durante o reflorestamento para permitir a passagem de caminhões dos bombeiros em caso de incêndios. Há trilhas de nível fácil e médio, a depender dos grupos de turistas.

Para além da infraestrutura, a gestão da RPPN entende que a visitação é uma forma de educação ambiental e, conseqüentemente, de conservação. Isso porque o contato sensorial com a natureza e com os seres que habitam a floresta pode sensibilizar as pessoas e contribuir para que mais pessoas promovam a conservação ambiental. A gestora Vera Roso possui uma grande disposição para algo que ela chama de “encantamento” - a sensibilização, sobretudo de crianças - para despertar nelas essa conexão com a natureza e fazer com que as pessoas queiram preservar aquilo que as encantou. Essa proposta é exemplificada por ela ao contar que presenteou com uma lupa

o filho pequeno de uma amiga que visitou o Sítio. A ideia era que a criança utilizasse o instrumento para ver os pequenos animais que habitam a reserva. A amiga da Vera confidenciou para ela alguns dias depois que o menino gostou muito da experiência e não parava de falar da lupa. Vera, então, diz que é um presente e que o enviará para eles, para que ele faça, em outros lugares, a observação de pequenos animais iniciada na reserva. Essa interação é, para a Vera, uma demonstração de que é possível, por meio de uma atividade de cunho de educação ambiental, despertar em uma criança a curiosidade de observar animais que normalmente não são vistos e respeitar sua existência - não só em um lugar por excelência definido para isso (uma reserva ambiental), mas também na própria casa, na escola, na rua, em lugares frequentados e ocupados pela criança.

Essa ideia de encantamento chama-me a atenção porque revela que existem táticas inventadas e reinventadas pela gestão no interior da RPPN para transformar o espaço da reserva para além da preservação do que já existe. Além disso, ajuda a pensar também que as elaborações e práticas de conservação precisam considerar as pessoas como agentes ativos - não apenas se distanciando daquilo que deve ser conservado, mas entendendo que se relacionar com a natureza e com os animais é uma forma de conservar.

Referências bibliográficas

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Da Nação ao Planeta através da Natureza: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. 412 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARRETTO FILHO, H. T.. Uma perspectiva antropológica sobre as unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. In.: Alfredo Wagner Berno de Almeida; Emmanuel de Almeida Farias Júnior (Org). Mobilizações étnicas e transformações sociais no Rio Negro. UEA Edições. 2010

BARRETTO FILHO, H. T. 2023. Radicalidade e inovação em áreas protegidas no Brasil? “Retomadas” em terras indígenas e “territórios de uso comum” à luz da conservação convivial (um projeto). Anais da IX Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia – ISSN: 2358-5684

BARRETTO FILHO, H. T. ELOY, Ludivine, SILVEIRA, Pedro Castelo Branco, CARDOSO, Thiago Mota Cardoso. 2020. “Apresentação Do Dossiê: ‘Antropologia Das Áreas Protegidas E Da Sustentabilidade’”. *Anuário Antropológico* 45 (1):11-24

BARRETO FILHO, H. T. Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil. In: *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza - o desafio das sobreposições*. 2004. São Paulo. p. 53-63

BÜSCHER, Bram; FLETCHER, Robert. Towards Convivial Conservation. *Conservation & Society* v17, nº 3. 2019. p. 283–296.

MCAFEE, K. Selling Nature to save It? Biodiversity and green developmentalism. *Environment and Planning D: Society and Space*, 17(2), 133-154, 1999. doi: 10.1068/d170133

MARCUS, George E. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual Review of Anthropology*, v. 24, n. 1, p. 95-117, 1995.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, (20) 42: 377-391, 2014. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832014000200015>.

SANDRONI, Laila Thomaz; FERRAZ, Katia Maria P. Micchi de Barros. Conservação convivial: explorando conceitos transformadores para a promoção da (bio)diversidade no Brasil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, [S. l.], v. 62, 2023. DOI: 10.5380/dma.v62i0.86642.

SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Editora Petrópolis, Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

WEST, P., & Carrier, James G. (2004). Ecotourism and Authenticity: Getting Away from It All? *Current Anthropology*, 45(4), 483–498. <https://doi.org/10.1086/422082>

WEST, Paige and John Aini. 2018. “Critical Approaches to Dispossession in the Melanesian Pacific: Conservation, Voice, and Collaboration”. Keynote Lecture, POLLEN 2018 Political Ecology Network Biennial Conference, 19 – 22 June, Oslo, Norway.

WEST, Paige. 2006. Conservation is our government now: the politics of ecology in Papua New Guinea. Durham and London: Duke University Press.

WEST, Paige., IGOE, James., BROCKINGTON, Dan. (2006a). Parks and Peoples: The Social Impact of Protected Areas. *Annual Review of Anthropology*, vol. 35, 2006, pp.

251–77. *JSTOR*, Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25064924>> Acesso em: 30 Mar. 2026.

WEST, Paige., BROCKINGTON, Dan. (2006b) An Anthropological Perspective on Some Unexpected Consequences of Protected Areas. *Conservation Biology*, vol. 20, no. 3, 2006, pp. 609–16. *JSTOR*, Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/3879216>>. Acesso em: 09 Abr. 2026.

Sites Consultados

Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos e Bororé-Colônia. Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://capital.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/noticias/361910#:~:text=A%20APA%20Capivari-Monos%20é%20a%20primeira%20unidade%20de.está%20localizado%20nos%20distritos%20de%20Parelheiros%20e%20Marsilac> Acesso em: 27 jun. 2026

Categorias de UCs. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Disponível: <<https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-biomas/areas-protegidas/categorias-de-ucs>> Acesso em: 27 jun. 2026

Lei nº 15.953 de 07 de janeiro de 2014 (criação do Polo de Ecoturismo). Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <<https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/lei-15953-de-07-de-janeiro-de-2014#>> Acesso em: 27 jun. 2026.

Municípios são pagos por serviços prestados ao Meio Ambiente. Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/noticias/363510> Acesso em: 27 jun. 2026

Polo de Ecoturismo de São Paulo. Disponível em: <https://polodeecoturismosp.com/?page_id=35> Acesso em: 27 jun. 2026

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Guarapiranga. São Paulo, 16 set. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/parques/regiao_sul/5744>. Acesso em: 23 jun. 2026.

Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Capivari-Monos. São Paulo: SVMA, 2011. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br/web/meio_ambiente/w/publicacoes_svma/26341>. Acesso em: 27 jun. 2026.

Site com endereço e contato de todos os CIT do município. Disponível em:
<https://prefeitura.sp.gov.br/web/turismo/w/participacao_social/quadro-servicos-cits>
Acesso em: 23 jun. 2026